

Explosão na RLAM fere gravemente três trabalhadores

O ano mal começou e, na Petrobrás, já ocorrem acidentes recorrentes e semelhantes aos de 2014, que foi marcado por uma série de acidentes que feriu, mutilou e matou 15 trabalhadores nas unidades da empresa.

Desta vez, o descaso da Petrobrás com a segurança dos trabalhadores causou dois graves acidentes na segunda maior refinaria do Brasil, a RLAM. Na terça-feira, 14, os trabalhadores da U-30 foram surpreendidos com um incêndio que tomou a unidade da unidade e, felizmente, não deixou feridos. Como acidentes deste tipo já estão mais que anunciados devido à equivocada e ineficaz política de SMS da empresa, num intervalo de apenas quatro dias, a refinaria foi surpreendida por uma explo-

são, que feriu três trabalhadores terceirizados. Os caldeiros José Adailton e Jonas Leal, ambos prestadores de serviço pela empresa Victória, estão hospitalizados em estado grave com queimaduras em 70% do corpo, além de outras lesões. A observadora Jucineide de Jesus, da empresa Potencial, também encontra-se hospitalizada, com graves queimaduras e cortes na cabeça. A explosão, além do fogo, gerou deslocamento do ar que projetou os trabalhadores e a trabalhadora contra outras estruturas, segundo informações do Sindipetro – BA.

Nos últimos anos, a FUP e seus sindicatos intensificaram as cobranças por melhores condições de trabalho, segurança e recomposição de efe-

tivos, que são reivindicações recorrentes da Federação à Comissão de SMS da Petrobrás, que além de ignorar acidentes

como incêndios e explosões, também se vangloria da pífia redução de 10% de acidentes nos últimos dois anos.

Ato e paralisação na RLAM



Na segunda-feira, 19, um dia após a explosão na RLAM, cerca de quatro mil trabalhadores paralisaram as atividades da refinaria, em protesto aos acidentes ocorridos.

A diretoria do Sindipetro BA também se reuniu com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), a quem relatou os graves acidentes na

RLAM. Também acionado pelo sindicato, o Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA) instaurou inquérito civil público para apurar as causas da explosão. Conforme o órgão, o inquérito tem a função de identificar os erros na prevenção de acidentes, através do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou de uma Ação Judicial - Ação Civil Pública.

Na foto, o coordenador geral do Sindipetro Bahia, Deyvid Bacelar, exige apuração rigorosa dos fatos e participação do sindicato na comissão de investigação do acidente.

C.A da Petrobrás: candidato apoiado pela FUP, Deyvid Bacelar, teve maioria dos votos do 1º turno

Deyvid Bacelar

Juventude e experiência
no CA da Petrobrás

2º TURNO - DE 31 DE JANEIRO A 8 DE FEVEREIRO



No domingo 18, foi encerrada a votação do primeiro turno da eleição para a representação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás. O candidato apoiado pela FUP, Deyvid Bacelar, teve 2.300 votos no 1º turno e disputará a segunda etapa do pleito com o atual

conselheiro, Silvio Sinedino, que teve 1.333 votos.

O segundo e decisivo turno para eleger o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás, que é a maior instância de decisão da empresa, começa no dia 31 de janeiro e termina no dia 08 de fevereiro.

A FUP e seus sindicatos continuam apoiando e indicando o voto em Deyvid Bacelar, jovem liderança sindical, comprometido com a pauta da categoria, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho e ao papel da Petrobrás enquanto empresa pública.

Deyvid é coordenador do Sindipetro-BA e técnico de segurança na RLAM. conheça suas propostas: facebook.com/deyvidbacelarnoca

Confira os agradecimentos do candidato no site do Sindipetro BA: <http://www.sindipetroba.org.br/novo-noticia.php?id=4401>

Petros define cronograma de implementação dos níveis de aposentados e pensionistas

Depois de garantir no dia 16 de dezembro a aprovação no Conselho Deliberativo da Petros do Acordo de pagamento dos níveis de 2004, 2005 e 2006 para os aposentados e pensionistas do Plano Petros, a FUP se reuniu nesta quinta-feira, 22, com a Diretoria da Fundação para definir o calendário de implementação desta conquista histórica. Na reunião, após o debate e a apresentação de varias propostas pelos dirigentes e assessores jurídicos da FUP e dos Sindicatos, foi definido o cronograma de todas as etapas do processo relativo à revisão e pagamento dos níveis, bem como, a apresentação da metodologia de cálculo a ser utilizada. Fique ligado! Na próxima semana, será disponibilizado no site da FUP, todas as informações necessárias de como será a metodologia de calculo e o cronograma para o pagamento dos níveis.

Entenda o caso

A extensão para os aposentados e pensionistas dos níveis recebidos pelos trabalhadores da ativa nos ACTs de 2004, 2005 e 2006 foi uma das principais conquistas da campanha reivindicatória de 2013. No entanto, a Petrobrás e a Petros não cumpriram totalmente o que foi acordado, levando a FUP e seus sindicatos a liderarem uma série de mobilizações ao longo do ano passado.

A campanha salarial de 2014 foi aberta com um grande ato no dia 02 de setembro, em frente à sede da Petros, no Rio de Janeiro. A pressão surtiu efeito e a Petrobrás estendeu o acordo para mais de 34 mil assistidos do Plano Petros. O Conselho Deliberativo da Petros, por sua vez, criou uma série de obstáculos para aprovação do acordo, que tiveram que ser derrubados na luta pela categoria. Caravanas de aposentados e pensionistas tomaram a sede da Fundação em três grandes mobilizações organizadas pela FUP e seus sindicatos, nos dias 28 de novembro, 10 e 16 de dezembro, quando, finalmente, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento dos níveis.

Papel da CUT e dos movimentos é combater retrocesso

Para presidente da Central, apostar na derrubada da economia para conter inflação coloca em risco o emprego e as conquistas dos últimos 12 anos

O ano de 2015 não seria fácil e isso o movimento sindical já sabia logo após o final das eleições. A posse de um Congresso ainda mais reacionário que o anterior e as cobranças da coalisão que ajudou a eleger a presidenta Dilma eram garantia de muitas pedras no caminho para a continuidade do desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social.

Surpreendente foi o pacote de medidas que o governo federal anunciou de início, por meio de Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que atacavam conquistas caras aos trabalhadores, especialmente os mais pobres, como o seguro-desemprego e o abono salarial.

Na segunda-feira (19), em reunião da CUT e das demais centrais sindicais com os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República (Miguel Rosseto), do Planejamento (Nelson Barbosa), da Previdência (Eduardo Gabas) e do Trabalho (Manoel Dias), o Executivo frustrou as expectativas ao dizer que não revogaria as medidas. Mas, ao menos acenou com a possibilidade de mudanças no conteúdo das ações.

Em entrevista, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, destaca que o princípio de derrubar a economia para conter a inflação é um equívoco, tanto



quanto abrir o capital da Caixa Econômica Federal. Ele apontou ainda que a Central terá como eixo central de 2015 a luta por direitos e contra a direita e defendeu uma manifesto em defesa da Petrobrás.

O que a reunião com os ministros tirou de concreto?

A CUT deixou claro ao governo que é contrária às medidas provisórias. Contrária à forma, porque foram feitas sem negociação conosco, e ao conteúdo, porque os trabalhadores não arcarão com a conta de um ajuste fiscal que o governo queira fazer. O governo chegou dizendo que não é retira-

da de direitos, mas é sim e não temos concordância com isso. Há outros atores na sociedade com muito mais condições de arcarem com esse ajuste do que os trabalhadores que acessam o salário-desemprego, a pensão por morte, o auxílio-doença. Falamos para o governo, por exemplo, tributar as grandes fortunas. O sujeito compra iate, lancha e não é tributado. Assim como não é mais necessário o Brasil ter uma ditadura do superávit primário. O tempo todo estamos condicionando a economia ao pagamento aos rentistas. Deve haver equalização das contas, porém, o governo está, inclusive, utilizando argumentos inconsistentes ao

Edição 1168— Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Caroline Cavassa

Texto: Caroline Cavassa - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

dizer que há fraude nos benefícios. Temos que fazer análise e punir os fraudadores, mas não simplesmente alegar que todo o sistema é fraudulento. Além disso, o valor da economia é irrisório para as contas do governo e muito caro para os trabalhadores que perdem o direito.

A expectativa é que as medidas fossem revogadas, já que tínhamos quatro ministros no encontro. Há hipótese de isso acontecer?

Obviamente, os ministros não acharam que iriam convencer as centrais de que as medidas estavam corretas. Com base no estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), comprovamos que se tratava de perda de direitos e, após apresentarem medida por medida, reafirmamos nossa contrariedade e solicitamos que revogassem as medidas para abrirem negociação conosco. Eles afirmaram que não poderiam revogar por uma questão de tempo, caso contrário, não poderiam ser aplicadas em 2016, mas apontaram um espaço para negociação. Faremos uma nova reunião entre centrais e o governo no dia 3 de fevereiro e, antes, haverá uma reunião entre nossos técnicos e do Executivo para levarmos nossas propostas.

Pelas primeiras medidas que vemos o governo adotar, parece que teremos novamente a velha fórmula de derrubar a economia para controlar a inflação. O caminho é esse?

Minha preocupação é muito maior do que com as medidas vistas isoladamente. O que eu questiono é qual a linha política e econômica que esse governo irá desenvolver. Porque durante a campanha eleitoral fizemos debate do desenvolvimentismo contra o conservadorismo. Os apoiadores da campanha derrotada tinham o discurso da ne-

cessidade de frear a economia e o consumo e diminuir o valor do salário mínimo, até fazendo relação entre o crescimento do mínimo em contraposição ao menor crescimento da produtividade das empresas. Diziam que esse ciclo de construção de política de crédito e de expansão do mercado interno tinha acabado. O governo se elegeu com um discurso contrário a esse e as primeiras medidas, quando o governo anuncia ajuste e não taxa a lucratividade dos empresários, nos deixa preocupados. Temos que fazer um acordo com a sociedade brasileira pelo desenvolvimento e pelo crescimento da economia. A preocupação da CUT é que a política econômica de Joaquim Levy e seus pares seja do corte, do corte, do corte e do corte que leva à recessão, ao não crescimento da economia, à expansão da inflação e ao aumento da taxa de juros. E isso significa desemprego e dificuldade enorme para ter aumento real nas campanhas salariais. Parece que o governo está derrubando a economia para conter a inflação e por isso mexe no seguro-desemprego, porque sabe que quando derruba a economia e não tem investimento, o desemprego sobe. Essa política conservadora tem sido adotada em boa parte do mundo e não tem dado resultado, em especial para os trabalhadores.

A política de valorização do mínimo corre risco?

Vagner - A presidenta prometeu que continuará com essa política. Agora, depende da reação da política econômica. Se você tiver recessão, juros altos e deixar de crescer, vai ter desemprego. Com desemprego haverá pressão para que não tenha mais aumento do salário mínimo nos níveis praticados nos últimos anos. Já temos um problema, porque a regra construída era combinar PIB (Produto Interno Bruto) e inflação, porém, se não tem crescimento do PIB, só sobra a infla-

ção para o trabalhador. Mesmo a presidenta prometendo que não vai alterar, a economia recessiva não dá condição de manter aumento real acima da inflação e a correção do mínimo. Para o discurso da presidenta tomar prática é preciso que a política do senhor Joaquim Levy (ministro da Fazenda) não seja recessiva.

As denúncias sobre casos de corrupção na Petrobras continuam em pauta tanto quanto a desvalorização da empresa. É possível reverter isso?

Vagner - A CUT e seus sindicatos discutirão em todo o país a defesa da Petrobras e de seus trabalhadores por meio de um manifesto que debata com a sociedade brasileira a atrocidade que tem sido cometida contra a maior empresa brasileira, responsável por quase 13% do PIB. Se há irregularidades, que sejam punidos os culpados, mas estamos num processo de desmonte da empresa para prepará-la para a privatização e entregá-la à economia internacional, como queria o Fernando Henrique Cardoso, que pretendia transformar a Petrobras em Petrobrax. Se fosse aberta e repassada para a iniciativa privada, alguns interessados ganhariam muito dinheiro. A proposta é que tenhamos investimento do Estado para mantermos uma empresa forte nacional, gerando empregos aqui e não fiquemos na dependência do capitalismo internacional. Entre as empresas de capital aberto, a Petrobras se tornou a maior produtora de petróleo do mundo, para você ver como é atrativa e atraente para o mercado internacional.

Leia a íntegra da entrevista no site da FUP: <http://www.fup.org.br/2012/component/content/article/191-sindicalismo/2224126-papel-da-cut-e-dos-movimentos-e-combater-retrocesso-diz-presidente-da-central>